

Professor da UFRJ condena o medo da moratória

Para Antônio Barros de Castro, o Brasil está apertado por todos os sacrifícios, sem nenhum benefício em contrapartida

JOSÉ CARLOS DE ASSIS

RIO — É preciso romper o bloqueio representado pelo medo da moratória, fomentado por uma avaliação deformada ou superficial da realidade econômica brasileira, porque este é o único fator que ainda se contrapõe ao desejo de mudança da maioria da sociedade, plenamente consciente de que a atual política está levando o País a uma evidente ruptura e regressão econômica e social.

O argumento é do professor Antônio Barros de Castro, para quem é "tarefa do economista crítico examinar friamente os dados da realidade e avaliar a viabilidade ou não de se negar a política que está aí, caminhando na busca de um caminho novo". Ele está convencido de que a visão catastrófica das consequências de uma moratória apenas favorece a paralisação política, em favor de uma estratégia já condenada pelos fatos.

"A economia não está mais em recessão — observa —, mas em queda livre. A consciência disso gera um desejo generalizado de mudança, contudo, paradoxalmente, por uma espécie de inibição que contém dois componentes: primeiro, o medo da ruptura na economia como consequência imediata da moratória; segundo, pela dificuldade política de tentar efetivamente implementar uma política alternativa."

Professor da UFRJ, ex-chefe do Departamento de Economia da Unicamp, Castro entende que não está no campo de sua competência analisar a viabilidade política de uma alteração profunda na estratégia econômica. Mas no campo técnico, considera imperativo demonstrar a falácia dos argumentos segundo os quais "uma ruptura com a atual política levaria ao aprofundamento da crise ou seria economicamente catastrófica".

Situação de confronto

"A primeira constatação a fazer — prossegue —, é de que várias das consequências negativas de uma atitude de confronto com os credores estão presentes, sem o confronto representado por uma declaração de moratória. Todos se recordam de que há dois anos ainda se brandia a ameaça de que, se fôssemos a uma simples renegociação da dívida, isso provocaria uma cessação instantânea dos ingressos de capitais autônomos."

"Como sabemos, desde meados de 1982 não entram mais capitais autônomos no Brasil, em particular capital de risco, que de US\$ 1,5 bilhão previsto para este ano deve cair para US\$ 400 milhões, segundo as últimas esti-

mativas. Dizia-se também que se o Brasil adotasse uma atitude discrepante face as regras internacionais do jogo uma consequência gravíssima seria a queda do volume de importações. Ora, este País que já importou US\$ 22 bilhões por ano, deveria importar apenas US\$ 16 bilhões em 1983 e, a rigor, neste preciso momento (setembro), as importações estão a tal ponto contidas que seu valor anualizado talvez não exceda os US\$ 12 bilhões."

"Finalmente, as próprias importações de petróleo, já reduzidas para 650 mil barris/dia, poderão ser ainda mais comprimidas para cumprimento de um plano de emergência que vem sendo sugerido pelo Ministério das Minas e Energia. Este quadro de sacrifícios — nota Antônio Castro — reúne as piores ameaças com que os inimigos da moratória defendiam o ajustamento do tipo proposto pelo governo. Não obstante, foram impostos à sociedade sem a moratória."

Sem objetivo

"Tudo isto, para quê? — pergunta o economista. Se formos examinar o balanço de pagamentos e as metas fixadas na segunda Carta de Intenções ao FMI, vemos que, cada vez mais, o sacrifício se orienta para o pagamento dos juros da dívida externa. Contudo, se tudo correr favoravelmente neste novo "round" de política, ainda assim a dívida externa crescerá 10,5% em 1983 e aproximadamente 8% em 1984, pelos próprios dados oficiais."

"No plano interno, não é necessário se estender no reconhecimento de que a economia está e continuará em queda livre. Um dado apenas: o investimento por parte da indústria deverá retrair-se 40% neste ano, de acordo com a última sondagem conjuntural da Fundação Getúlio Vargas."

Diante desse quadro de desagregação, Castro observa que o argumento central contra uma política alternativa apoia-se na sugestão de que, "com o País sem reservas — elas a rigor são negativas — uma moratória levaria ao colapso imediato do crédito vencível a curto prazo. Sendo as importações e as exportações financiadas a seis meses, em média, no dia seguinte à moratória o Brasil ficaria sem recursos de espécie alguma para pagar importações. A escassez de petróleo daí resultante seria suficiente para parar a economia e levá-la ao caos".

Do lado das exportações, a fonte alternativa de recursos à vista, o argumento se complementa com a noção de que, sendo elas pré-financiadas, passariam seis meses antes de vendas adicionais liberarem recursos novos.



Barros de Castro: "Atual política leva País à regressão social"

Dados falsos

O professor da UFRJ nota que a primeira fraqueza do argumento reside na falsificação dos dados. "Segundo números da Cacex, 67,4% das exportações brasileiras são presentemente pagas à vista. Do restante, 18% são financiados a prazo não superior a 90 dias. Assim em caso de moratória, entende-se que dois terços do valor das exportações, correspondentes a vendas à vista, continuariam a entrar regularmente no País. E decorridos 90 dias de sua decretação, já estariam regularizadas as entradas correspondentes a 82% das exportações."

"Desde que o valor das exportações atingirá supostamente US\$ 22 bilhões este ano — prossegue o economista —, o País passaria a contar, em caso de moratória, com o equivalente anualizado

lado do critério que uma moratória estrangularia a economia brasileira."

As importações

Do lado das importações, Castro entende que todas elas, exceto as de petróleo, já se encontram dramaticamente comprimidas. "Por isso admito um cenário em que serão mantidas no nível previsto de 1983. Quanto ao petróleo, porém, poderiam ser significativamente reduzidas, num programa sério de ajustamento às disponibilidades de divisas. As compras, hoje de 650 mil barris/dia, baixariam para 400 mil barris/dia. Como a produção nacional, de 320 mil barris/dia no primeiro semestre, deve atingir em média 360 mil barris/dia, haveria uma disponibilidade para o consumo da ordem de 760 mil barris/dia — comparados aos 970 mil barris/dia atuais."

O ajustamento do consumo teria que começar, segundo Castro, pelo principal dos derivados, o óleo diesel. "Primeiro, por sua importância para mover caminhões, ônibus e tratores; segundo, porque, como consequência da própria solução proposta, seu consumo deverá aumentar em lugar de diminuir."

Hoje, o consumo é da ordem de 310 mil barris/dia de diesel. "Como os transportes públicos terão que ser incrementados, na hipótese de racionamento de gasolina, admite-se que o consumo de diesel aumente 10%. A partir de 760 mil barris/dia de petróleo bruto, obtém-se normalmente 243 mil barris de diesel. Haveria, portanto, uma falta de 100 mil barris/dia, aproximadamente."

"Da mesma disponibilidade de petróleo, se obtém 129 mil barris de gasolina e 152 mil barris de óleo combustível. Tecnicamente, poderiam ser retirados 40% de gasolina e 40% do combustível para adição ao diesel, cuja oferta seria incrementada em 111 mil barris/dia. Evidentemente, este combustível teria suas especificações alteradas e algumas das suas propriedades prejudicadas. Para enfrentar isso, teria que se adotar um programa de emergência para adaptação de motores, o que é perfeitamente factível."

Quanto ao óleo combustível, cujo consumo atual é de 190 mil barris/dia, haveria duas soluções para o déficit de cerca de 100 mil barris: "Compra de petróleo pesado para queima direta e aquisição do próprio óleo combustível. No meu exercício — prossegue Antônio Castro — presumo a compra de óleo pesado venezuelano, ao preço de US\$ 20 o barril. Quanto à gasolina, que seria sacrificada tanto em

favor do diesel quanto na nafta petroquímica, a disponibilidade se reduziria a 58 mil barris/dia. Somados aos 80 mil barris equivalentes de álcool, haveria uma disponibilidade de 138 mil barris/dia para a frota de automóveis e caminhões. Como o consumo atual é da ordem de 150 mil barris/dia, teria que ser reduzido em 31%. Na minha opinião, através do racionamento de ambos os combustíveis, álcool e gasolina."

Conta externa

A contrapartida desse sacrifício, segundo Antônio Castro, seria uma programação de longo prazo do balanço de pagamentos. "A moratória estabelecerá a suspensão do pagamento integral dos juros e das amortizações por um período de três anos. Significaria uma mudança radical na política de ajustamento do País. Não se trataria mais de impor o pagamento crescente de juros como contrapartida do declínio do ingresso de capitais e da elevação da própria massa de juros pagos."

"O ajuste consistiria em limitar as importações, para equacioná-las com a receita de exportações, e ainda recuperar na medida do possível as reservas internacionais. A economia disporia de um período de três anos para adaptar-se internamente à nova situação e preparar-se para, dispondo já de um nível mínimo de reservas, reiniciar o pagamento da dívida segundo novas condições estabelecidas através de negociações. Naturalmente, os juros jamais poderiam ser os de mercado. Teriam de ser prefixados, e a nível razoável, entre 3 e 5% ao ano."

Nesse exercício de Castro, o total das importações, com a redução das compras de petróleo e manutenção das demais, se reduziria a US\$ 16,8 bilhões em termos anuais, considerando-se bens e serviços líquidos. As exportações, "mantida a hipótese de corte automático dos créditos, seriam — numa base atualizada — de US\$ 14,77 bilhões, logo após a declaração de moratória, atingindo US\$ 18 bilhões 90 dias mais tarde. A diferença permitiria uma modesta recomposição de reservas".

Quanto ao petróleo, "o estoque existente — oficialmente, 85 dias, mas possivelmente inferior, na realidade — introduz uma margem de flexibilidade na implantação do esquema proposto. A viabilidade de sobreviver sem crédito — conclui o professor — parece ser demonstrável. E respeitando-se todas as hipóteses formuladas pelos próprios defensores da manutenção do esquema atual, contrários à moratória."